

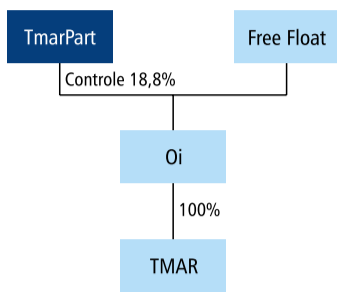
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Telemar Participações S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração, que acompanha as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Financial Accounting Standards* - IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

## EVENTOS SOCIETÁRIOS

A Companhia é uma empresa holding, de capital aberto, cuja atividade preponderante é participar direta ou indiretamente no capital social de Oi S.A. ("Oi").

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA ATUAL



Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013 os acionistas aprovaram, entre outros temas, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$100.000.000,00 com a emissão de 252.729.128 novas ações ordinárias, integralmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na razão de suas participações.

Em 14 de agosto e em 4 de novembro de 2013, a Companhia aprovou em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração a extinção de 133.333 ações preferenciais nominativas resgatáveis, de emissão da Companhia, que haviam sido resgatadas em 24 de abril e 30 de outubro de 2013, de acordo com o Contrato de Subscrição de Ações Resgatáveis de Telemar Participações e outras avenças, fazendo com que o capital social da companhia fosse representado por 3.176.273.995 ações ordinárias e 600.003 ações preferenciais resgatáveis sendo ambas as espécies de ações nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia estava dividido entre seus acionistas da seguinte forma:

Acionista	Número de		Participação no Capital Total
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	
AG Telecom	614.798.542	-	19,36%
LF TEL	614.798.542	-	19,36%
BNDESPAR	414.535.522	600.003	13,05%
Bratel Brasil	383.359.675	-	12,07%
Fundação Atlântico	365.523.647	-	11,51%
PREVI	307.877.595	-	9,69%
PETROS	237.690.236	-	7,48%
FUNCEF	237.690.236	-	7,48%
<b>Total</b>	<b>3.176.273.995</b>	<b>600.003</b>	<b>100%</b>

Em Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª Emissão realizada em 2 de setembro de 2013 foi aprovada (i) a proposta de inclusão da Valverde Participações S.A. ("Valverde"), subsidiária integral da Companhia, como empenhante no Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão da Oi S.A. e Outras Avenças ("Contrato de Penhor"), com as consequentes alterações na Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor; e (ii) a proposta de inclusão de ações preferenciais de emissão da Oi S.A., de propriedade da Companhia e/ou de sua subsidiária integral Valverde, como garantia da 8ª Emissão, com as consequentes alterações da Escritura de Emissão e do Contrato de Penhor.

No dia 2 de outubro de 2013, a Companhia divulgou Fato Relevante encaminhado pela Oi informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. ("Portugal Telecom"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel. S.A. ("LF"), a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSP75 Participações S.A. ("EDSP75"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo"), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom. A CorpCo, que poderá ser a Companhia ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da Companhia, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores. Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, e estão mencionados sob o título "Memorando de Entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom" na nota explicativa n° 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia vem dando continuidade à participação ativa na gestão das sociedades controladas, com intensa atuação nas áreas administrativa, financeira, de planejamento, operacional, comercial, jurídica e de recursos humanos, visando cada vez mais capacitá-las dos instrumentos necessários à reformulação e otimização de métodos e processos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e sua subsidiária integral Valverde detinham uma participação de 48,51% sobre o capital votante ou de 17,18% sobre o capital total da Oi. Excluindo-se as ações em tesouraria estes percentuais eram de 56,44 % e 18,83%.

## PERFIL DA CONTROLADA OI S.A.

A Oi S.A. é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, encerrando 2013 com mais de 74 milhões de Unidades Geradoras de Receita ("UGR"), de acordo com os dados mais recentes fornecidos pela ANATEL, sendo 17.837 mil no segmento Residencial, 47.727 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 8.246 no segmento Corporativo / PME - Pequena e Média Empresa, além de 655 mil telefones públicos. A Oi atua em todo território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes *double-play*, *triple-play* e *quadruple-play*), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. Conta com aproximadamente 330 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 88,5% da população brasileira. A Oi possui aproximadamente 18,6% do market share em telefonia móvel e cerca de 40,5% em telefonia fixa. A Oi disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, mais de 520 mil hotspots wifi, mantidos inclusive em locais públicos, tais como aeroportos e shopping centers. Desde 2012, com a conclusão de importante processo de reorganização societária iniciado em 2011, a Oi passou a ter apenas uma empresa do grupo listada na bolsa de valores com duas classes de ações, demonstrando uma estrutura de capital mais simplificada. As ações ordinárias e preferenciais da Oi são negociadas na BM&FBovespa e na bolsa de Nova York ("NYSE") através dos *tickers* - respectivamente OIBR3 e OIBR4 na Bovespa e OIBR.C e OIBR na NYSE.

## ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA

### 1. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 8ª Emissão:

Em 2008 a Companhia promoveu a sua 8ª Emissão Pública de Debêntures, captando recurso que foi integralmente destinado ao refinanciamento das obrigações financeiras decorrentes da aquisição das ações da então controlada indireta TMAR, objeto da Oferta Pública voluntária - "OPA", realizada em 2007 proporcionando ainda Liquidez Adicional (montante remanescente em caixa). A 8ª Emissão (7ª Emissão Pública por Telemar Participações S.A.) está distribuída em duas séries, de 161.000 Debêntures, com valor nominal unitário de dez mil reais na data de emissão de 15 de abril de 2008, perfazendo o total de R\$1.610 milhões, com vencimentos: a 1ª série em 15 de abril de 2013 e a 2ª série em 15 de abril de 2015. As Debêntures são nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sem emissão de cauteles ou certificados e com garantia real de penhor sobre ações de emissão da Oi, de titularidade da Companhia. A Remuneração da 1ª Série será pela Taxa DI, acrescida de spread equivalente a 1,40% ao ano. A Remuneração da 2ª Série será pela Taxa DI acrescida de spread equivalente a 1,55% ao ano. Os saldos da 1ª e 2ª séries encontram-se discriminados abaixo.

	Em R\$ x mil	
	2013	2012
- 1ª Série	-	233.919
- 2ª Série	470.382	467.980
<b>Total Geral</b>	<b>470.382</b>	<b>701.899</b>

### 2. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 9ª Emissão:

Em 29 de março de 2011 a Companhia promoveu a sua 9ª Emissão Pública de Debêntures, captando recurso que foi integralmente destinado na integralização de parte de um aumento de capital social da sua subsidiária integral da Valverde, visando à obtenção de recursos para que a SPE subscrisse e integralizasse ações ordinárias de emissão da TNL representativas de 3,51% do seu capital social. A 9ª Emissão está distribuída em cinco Debentures divididas em cinco séries, fazendo o total de R\$180 milhões, com vencimentos: a 1ª série em 31 de março de 2015, a 2ª série em 31 de março de 2016, a 3ª série em 31 de março de 2017, a 4ª série em 02 de abril de 2018 e a 5ª série em 01 de abril de 2019. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, com garantia real e para distribuição com esforços restritos de colocação. Farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,2568% ao ano, calculada de forma linear. Os saldos das cinco séries encontram-se discriminados abaixo:

	Em R\$ x mil	
	2013	2012
- 1ª série	54.160	49.476
- 2ª série	50.228	45.884
- 3ª série	46.837	42.784
- 4ª série	43.859	40.065
- 5ª série	41.258	37.688
<b>Total Geral</b>	<b>236.342</b>	<b>215.897</b>

### 3. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 10ª Emissão:

Em 26 de setembro de 2011 a Companhia promoveu a sua 10ª Emissão Pública de Debêntures, captando recursos que foram integralmente utilizados para a liquidação de notas promissórias em circulação emitidas pela companhia em 13 de abril de 2011, no âmbito da sua 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, e o saldo remanescente destinado para reforçar o caixa da Companhia. A 10ª Emissão é composta por 50.000 Debêntures em série única, perfazendo o valor total de R\$500 milhões, com prazo de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se em 05 de outubro de 2018. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, com garantia real e para distribuição com esforços restritos de colocação. A remuneração será pela Taxa DI, acrescida de spread equivalente a 1,35% ao ano. Para a 10ª Emissão, a Moody's atribuiu o rating Baa3 em moeda local e Aa1.br na escala nacional brasileira. O saldo da 10ª Emissão de Debêntures encontra-se discriminado abaixo:

	Em R\$ x mil	
	2013	2012
- Série Única	533.345	530.077
<b>Total Geral</b>	<b>533.345</b>	<b>530.077</b>

### 4. Emissão Pública de Debêntures da Companhia - 11ª Emissão:

Em 05 de abril de 2012 a Companhia promoveu a sua 11ª Emissão Pública de Debêntures, captando recursos que foram integralmente utilizados para capital de giro da Companhia, reestruturação e alongamento do perfil da dívida e para seu plano de investimentos. A 11ª Emissão é composta por 500 Debêntures em série única, perfazendo o valor total de R\$500 milhões, com prazo de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se em 05 de abril de 2019. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, com garantia real e para distribuição com esforços restritos de colocação. A remuneração será pela Taxa DI, acrescida de spread equivalente a 1,20% ao ano. Para a 11ª Emissão, a Moody's atribuiu o rating Baa3 em moeda local e Aa1.br na escala nacional brasileira. O saldo da 11ª Emissão de Debêntures encontra-se discriminado abaixo:

	Em R\$ x mil	
	2013	2012
- Série Única	509.276	507.016
<b>Total Geral</b>	<b>509.276</b>	<b>507.016</b>

### 5. Ações Preferenciais Resgatáveis:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 1.000.000 de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239,61 por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616 mil. As ações preferenciais emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR e gozam, entre outras, das seguintes preferências, direitos e vantagens: (i) prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social; (ii) são resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades para resgate constantes do Estatuto Social da Companhia, a partir de 2011 e até o ano de 2018. O resgate programado não exclui o direito do BNDESPAR de perceber quantia equivalente ao valor do dividendo fixo das ações preferencias resgatáveis que estiverem sendo resgatadas correspondente ao exercício em que estas forem resgatadas, calculados pro rata temporis.

Nos meses de abril e outubro de 2013, foram resgatadas, pela Companhia, 133.333 ações preferenciais no valor de R\$165.281 mil, acrescida de juros no montante de R\$55.725 mil. Em abril de 2013, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$58.778 mil e de parcela equivalente a dividendos fixos no montante de R\$6.106 mil. As ações preferenciais resgatadas foram extintas.

### 6. 3ª Emissão de Notas Promissórias

Em 25 de março de 2013 a Companhia promoveu a sua 3ª Emissão de Notas Promissórias ("Emissão"), captando recursos que foram integralmente utilizados para composição de caixa da Companhia. A Emissão foi composta por 20 (vinte) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$5 milhões, perfazendo o montante total de R\$100 milhões, com prazo de até 360 dias contados da data de Emissão. As Notas Promissórias fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 106% da Taxa DI.

## RESULTADO DA COMPANHIA

A Companhia mostrou prejuízo de R\$270.656 mil, sendo apurada receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 61.116 mil.

O prejuízo básico e diluído por ação da Companhia foi de R\$ 0,08975.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

Para maiores informações sobre os eventos subsequentes vide nota explicativa n° 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

## AUDITORES INDEPENDENTES - INSTRUÇÃO CVM Nº 381/103

Nos termos da Instrução CVM nº. 381/103 registra-se que a Companhia não contratou com a KPMG Auditores Independentes outros serviços além dos estritamente relacionados com a atual prestação de serviços de auditoria externa independente.

## AGRADECIMENTOS

A Administração da Telemar Participações S.A. agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores o esforço conjunto que vem sendo feito em prol da Companhia.

A Administração.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	2013	2012	2012
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.370	53.579	2.484.908
Aplicações financeiras	9		287.122	492.510
Instrumentos financeiros derivativos	19			452.234
Contas a receber	10			7.096.679
Estoques				432.633
Tributos correntes a recuperar	11	11.191	14.982	918.796
Outros tributos	12			1.474.408
Depósitos e bloqueios judiciais	13	226	376	1.316.478
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	17.147	79.448	
Valores a receber na venda da GlobeNet	29			1.775.691
Ativos relacionados aos fundos de pensão	25			9.596
Demais ativos		710	169	1.305.875
		<b>31.644</b>	<b>435.676</b>	<b>17.759.808</b>
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras	9			99.129
Instrumentos financeiros derivativos	19			1.620.945
Tributos diferidos a recuperar	11	86.880	78.166	4.475.747
Outros tributos	12			890.835
Ativo financeiro disponível para venda	3			914.216
Depósitos e bloqueios judiciais	13			11.050.936
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25			60.197
Ativos mantidos para venda				260.370
Demais ativos				376.786
Investimentos	14	4.238.547	4.158.055	173.686
Imobilizado	15	4	9	25.925.802
Intangível	16			14.796.892
		<b>4.325.431</b>	<b>4.236.230</b>	<b>60.645.541</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.357.075</b>	<b>4.671.906</b>	<b>78.405.349</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	Nota	2013	2012	2012
<b>Circulante</b>				
Salários, encargos sociais e benefícios		667	626	651.649
Fornecedores	17	1.312	309	4.733.498
Empréstimos e financiamentos	18	991.786	627.283	5.150.494
Instrumentos financeiros derivativos	19			409.851
Tributos correntes a recolher	11			432.463
Outros tributos	12	265	239	2.112.863
Dividendos e juros sobre o capital próprio				230.721
Autorizações e concessões a pagar	20			457.173
Programa de refinanciamento fiscal	21			100.302
Provisões	22			1.223.526
Provisões para fundos de pensão	25			184.295
Demais obrigações	23			847.810
		<b>994.030</b>	<b>628.457</b>	<b>16.534.645</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	18	2.267.310	2.907.194	33.962.228
Instrumentos financeiros derivativos	19			156.800
Tributos diferidos	11			233.849
Outros tributos	12			1.747.012
Autorizações e concessões a pagar	20			1.027.234
Programa de refinanciamento fiscal	21			1.020.002
Provisões	22	16.627	15.896	4.409.418
Provisões para fundos de pensão	25			459.267
Demais obrigações	23			2.533.452
		<b>2.283.937</b>	<b>2.923.090</b>	<b>45.315.413</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>	24			<b>44.104.610</b>
Capital social		1.921.142	1.921.141	1.921.142
Reservas de capital		708.383	638.569	708.383
Reservas de lucros			137.291	137.291
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	(155.727)	(289.396)	(155.727)	(289.396)
Outros resultados abrangentes	(16.161)	(11.886)	(16.161)	(11.886)
Ajuste de avaliação patrimonial	(366.295)	(366.305)	(366.295)	(366.305)
Ações preferenciais resgatáveis	(743.774)	(909.055)	(743.774)	(909.055)
Prejuízos acumulados	(268.460)		(268.460)	
		<b>1.079.108</b>	<b>1.120.359</b>	<b>1.079.108</b>
<b>Participações dos não controladores</b>				<b>15.476.183</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.079.108</b>	<b>1.120.359</b>	<b>16.555.291</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.357.075</b>	<b>4.671.906</b>	<b>78.405.349</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Receitas de vendas e/ou serviços	Controladora		Consolidado	
	Nota	2013	2012	2012
Receitas de vendas e/ou serviços	4			28.422.147
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5			(16.584.540)
<b>Lucro bruto</b>				<b>11.837.607</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				<b>12.243.404</b>
Resultado de equivalência patrimonial	14	111.709	91.778	(17.750)
Despesas com vendas	5			(5.553.891)
Despesas gerais e administrativas	5	(14.468)	(14.551)	(3.675.994)
Outras receitas operacionais	6	368	249	3.128.044
Outras despesas operacionais	6	(51.422)	(50.742)	(1.918.244)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>46.187</b>	<b>26.734</b>	<b>3.799.772</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de capital			Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial		Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Agio na subscrição de capital	Opção de ações reflexa	Legal	Fundo de resgate	Investimentos			Custo na emissão de ações reflexo	Ações em Tesouraria reflexo			
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	1.921.141	638.569	28.134	2.195	119.274	94.201	(506.257)	(162)	(5.029)	(1.074.335)	1.222.760	20.752.661	21.975.421
Adoção do CPC 33													
<b>Em 1 de janeiro de 2012</b>	1.921.141	638.569	28.134	2.195	119.274	94.201	(506.257)	(5.029)		(1.074.335)	1.217.731	20.718.706	21.936.437
Transferência para reserva do fundo de resgate													
Aumento de capital nas controladas													
Resgate e cancelamento de ações preferenciais					(165.280)								
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por controladas													
Custo na emissão de ações reflexa - Oi									(10.029)				(2.225.261)
Direito de retirada referente a Reorganização Societária - Oi													(46.580)
Ações bonificadas a resgatar													(1.652.049)
Plano de opção de ações													783
Encerramento do plano de opção de ações			154										629
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"			(28.288)										28.288
Varição de participação em investimentos													356.065
Outros efeitos diretamente ao patrimônio de controladas													216.825
Prejuízo do exercício													(297.452)
Ganhos (Perdas) atuariais reflexos													36
Aquisição de ações de minoritários													(31.692)
Resgate de ações bonificadas													24.997
Destinação do resultado													572.890
Transferência para reserva do fundo de resgate													36
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	1.921.141	638.569	28.134	2.195	135.096	94.201	(289.396)	(11.886)	(10.029)	(356.276)	(909.055)	1.120.359	16.119.246
Aumento de capital													73.525
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados por controladas													26.475
Resgate de ações bonificadas pela controlada													(727.838)
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"													(133.675)
Ganhos (Perdas) atuariais reflexos													(133.675)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis													(139.034)
Ganho em transação de capital com controladores													93.660
Custo reflexo na emissão de ações													114.896
Outras variações no patrimônio líquido das controladas													10
Prejuízo no exercício													463
Absorção parcial do prejuízo do exercício													(270.655)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	1.921.142	708.383	708.383	(2.195)	86.901	94.201	(268.460)	(155.727)	(10.019)	(356.276)	(743.774)	1.079.108	15.476.183
	1.921.142	708.383	708.383		135.096	94.201	(268.460)	(155.727)	(10.019)	(356.276)	(743.774)	1.079.108	15.476.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(270.655)	(297.452)	212.180	177.808
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	209.580	217.112	4.539.012	3.751.515
Depreciação e amortização	50.597	50.597	5.745.742	5.306.076
Perdas sobre contas a receber			849.779	596.405
Provisões		150	381.949	440.377
Provisão para fundos de pensão			10.325	382.875
Equivalência patrimonial	(111.709)	(91.778)	17.750	15.548
Perda na baixa de ativo permanente			399.488	387.388
Receita na alienação de bens			(214.127)	(389.128)
Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão ANATEL			(115.671)	418.927
Operações com instrumentos financeiros derivativos			(1.158.520)	(244.359)
Atualização monetária de provisões	731	811	246.396	287.251
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal			81.262	94.489
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio			186	186
Dividendos prescritos			(35.744)	(74.732)
Dividendos fixos e atual. monetária s/ ações preferenciais resgatáveis	121.537	135.946	121.537	135.946
Outros			1.851.061	1.306.025
	<b>81</b>	<b>15.572</b>	<b>13.026.522</b>	<b>12.729.865</b>
<b>Mutações patrimoniais</b>				
Contas a receber			556.009	(1.873.323)
Estoques			(53.696)	(251.540)
Tributos	(4.897)	(8.629)	(599.140)	514.382
Aplicações financeiras mantidas para negociação			(6.230.243)	(9.672.761)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	287.122	(287.122)	8.490.368	9.440.445
Despesas antecipadas			(1.954.059)	(1.361.685)
Fornecedores	1.003	(1.509)	(249.040)	(994.381)
Salários, encargos sociais e benefícios	41	(50)	(931)	8.720
Provisões			(934.039)	(803.877)
Provisão para fundos de pensão			(124.246)	(100.526)
Outras contas ativas e passivas	(540)	(22)	(1.582.349)	728.636
Encargos financeiros pagos	<b>282.729</b>	<b>(297.332)</b>	<b>(2.681.366)</b>	<b>(4.365.910)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(200.885)	(327.004)	(2.649.276)	(2.905.938)
Imposto de renda e contribuição social pagos Terceiros			(315.399)	(1.111.419)
Recebimento de bonificação de ações	24.738	74.962	65.006	83.087
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	221.117	439.209	44.970	187.167
	<b>327.780</b>	<b>(94.593)</b>	<b>7.119.556</b>	<b>4.260.638</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível			(5.976.488)	(6.023.070)
Crédito com partes relacionadas e debentures				133.023
Recursos obtidos na venda de bens			4.127	720.175
Aumento dos investimentos permanentes			(11.796)	(67.470)
Ativo financeiro disponível para venda				(250.186)
Aquisição de ações de minoritários			(1.693.945)	(2.522.819)
Depósitos e bloqueios judiciais			956.679	776.241
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	150	497	(50.732)	
Fluxo de caixa decorrente de perda de controle de controladas			(6.770.155)	(7.269.138)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Captações líquidas de custos	99.850	500.000	3.534.612	10.875.517
Captações de principal de empréstimos, Financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	(340.182)	(302.400)	(3.908.140)	(8.657.038)
Autorizações e concessões			(710.968)	(327.679)
Pagamento no resgate de ações preferenciais	(165.281)	(165.280)	(165.281)	(165.280)
Aumento de capital	26.474		26.474	
Programa de refinanciamento fiscal			(174.455)	(176.485)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio			(1.033.584)	(1.961.241)
Reembolso de ações			(2.008.325)	(2.008.325)
Bonificações de ações			24.738	(1.068.598)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>(379.139)</b>	<b>32.320</b>	<b>(2.406.604)</b>	<b>(3.489.129)</b>
Varição cambial sobre equivalentes de caixa			50.443	(4.471)
<b>Fluxo de caixa do exercício</b>	<b>(51.209)</b>	<b>(61.776)</b>	<b>(2.006.760)</b>	<b>(6.659.621)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>				
Saldo final	2.370	53.579	2.484.908	4.491.668
Saldo inicial	53.579	115.355	4.491.668	11.151.289
<b>Varição no exercício</b>	<b>(51.209)</b>	<b>(61.776)</b>	<b>(2.006.760)</b>	<b>(6.659.621)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Telemar Participações S.A. ("Telemar" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi S.A. ("Oi") anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BrT", podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detém, das ações em circulação da Oi, 16,34% do seu capital total e 48,51% do seu capital votante. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, na Praia de Botafogo, 300 - 11º andar - Parte. A Companhia é uma holding controlada em conjunto pela LF Tel S.A., AG Telecom Participações S.A. e Fundação Atlântico de Seguridade Social, sendo que em 31 de dezembro de 2013 cada uma detém, respectivamente, 19,36%, 19,36% e 11,51% do capital votante da Companhia. São também signatárias do Acordo de Acionistas da Companhia as pessoas jurídicas BNDES Participações S.A. - BNDESPAR com 13,05%, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI com 9,69%, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF com 7,48%, Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS com 7,48% e Bratel Brasil S.A. com 12,07%. A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta.

Além da participação na Oi, a Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. ("Valverde") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A Oi S.A. ("Oi") anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou "BrT", é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações. A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 31 de dezembro de 2013 detém, das ações em circulação da Oi, 2,49% do seu capital total e 7,94% do seu capital votante.

A Bakarne é uma subsidiária integral da Companhia com sede em Tortola - Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à Companhia. Em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi aprovada a extinção da Bakarne (Nota 30 - Eventos Subsequentes).

Em Reunião realizada em 18 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração apreciou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

As participações em controladas diretas e indiretas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2013	Indireta 2013	Direta 2012	Indireta 2012
Oi S.A.	Telefonia Fixa - Região II Holding	Brasil	16,34%	18,83%	15,23%	17,72%
Valverde Participações S.A.	Holding	Brasil	100%		100%	
Bakarne Investments Ltd. (1)	Holding	Ilhas Virgens Britânicas	100%		100%	
Oi Móvel	Telefonia móvel - Região II	Brasil		18,83%		17,72%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	Brasil		18,83%		17,72%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	Brasil		18,83%		17,72%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrT Internet Group do Brasil S.A.")	Holding	Brasil		18,83%		17,72%
BrT Internet Group do Brasil S.A. ("IG Brasil")	Internet	Brasil		18,83%		17,72%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados	Brasil		18,83%		17,72%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (i)	Tráfego de dados	Bermuda		18,83%		17,72%
Brasil Telecom of America Inc. (i)	Tráfego de dados	Estados Unidos da América		18,83%		17,72%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela")	Tráfego de dados	Venezuela		18,83%		17,72%
Brasil Telecom de Colombia, Empresa Unipersonal (i)	Tráfego de dados	Colômbia		18,83%		17,72%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL	Tráfego de dados	Paraguai		18,83%		17,72%
Rio Alto Participações S.A. ("Rio Alto")	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil		18,83%		17,72%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Telemar Norte Leste S.A.	Telefonia Fixa - Região I	Brasil		18,83%		17,72%
TNL PCS S.A. (ii)	Telefonia Móvel - Regiões I e III	Brasil		18,83%		17,72%
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil		18,83%		17,72%
Oi Serviços Financeiros S.A.	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades	Brasil		18,83%		17,72%
Telemar Internet Ltda. ("Oi Internet")	Internet	Brasil		18,83%		17,72%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A.	Compra e venda de imóveis	Brasil		18,83%		17,72%
SENEDE - Serviços de Rede S.A.	Serviços de rede	Brasil		18,83%		17,72%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	Espanha		18,83%		17,72%
VEX Wifi Tec España S.L	Internet Wifi	Venezuela		18,83%		17,72%
VEX Venezuela C.A	Internet Wifi	Uruguai		18,83%		17,72%
VEX Wifi S.A.	Internet Wifi	Ucrânia		18,83%		15,94%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	Estados Unidos da América		18,83%		17,72%
VEX USA Inc	Internet Wifi	Bolívia		18,83%		17,72%

**(a) Base de elaboração**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “International Financial Reporting Standards” emitidos pelo IASB – “International Accounting Standards Board” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

**Demonstrações Financeiras Individuais**

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constam nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constam nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

**(b) Adoção de novas práticas contábeis**

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e foram efetuados ajustes visando apresentar, respectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013. Em conformidade com o parágrafo 40º do CPC 26(R2), a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a aplicação retrospectiva das referidas normas não teria impacto material sobre o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2012. Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Equivalência sobre Ganhos e perdas ajustados em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2012	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas ajustados em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2012
	em 31/12/2012	atuariais (i)	em 31/12/2012	atuariais (i)	Negócios em conjunto (ii)	em 31/12/2012
<b>Ativo circulante</b>	435.676		435.676	21.531.180	(6.817)	21.524.363
Caixa e equivalentes de caixa	53.579		53.579	4.496.549	(4.881)	4.491.668
Aplicações financeiras	287.122		287.122	2.713.029		2.713.029
Instrumentos financeiros derivativos				640.229		640.229
Contas a receber				7.018.487	(964)	7.017.533
Estoques				385.165		385.165
Tributos correntes a recuperar	14.982		14.982	1.741.589	(54)	1.741.535
Outros tributos				1.557.177		1.557.177
Depósitos e bloques judiciais	376		376	2.068.691		2.068.691
Dividendos e juros sobre o capital próprio	79.448		79.448			
Ativo relacionado aos fundos de pensão				9.311		9.311
Demaís ativos	169		169	900.943		900.925
<b>Ativo não circulante</b>	4.272.951	(36.721)	4.236.230	57.382.409	79.372	57.462.386
Aplicações financeiras				63.692		63.692
Instrumentos financeiros derivativos				348.870		348.870
Tributos diferidos a recuperar	78.166		78.166	4.154.165	106.779	4.260.944
Outros tributos				738.019		738.019
Ativo financeiro disponível para venda				905.829		905.829
Depósitos judiciais				9.722.731	(206)	9.722.525
Ativo relacionado aos fundos de pensão				101.115	(27.407)	73.708
Ativos mantidos para venda				112.852		112.852
Demaís ativos				318.499	(47.798)	270.701
Investimentos	4.194.776	(36.721)	4.158.055	80.758		98.882
Imobilizado	9		9	24.819.122	(6.963)	24.812.159
Intangível				16.016.757	(41.600)	15.975.157
<b>Ativo total</b>	<b>6.708.627</b>	<b>(36.721)</b>	<b>6.671.906</b>	<b>78.913.589</b>	<b>79.372</b>	<b>78.986.749</b>
<b>Passivo circulante</b>	428.457		428.457	17.645.851	(3.212)	17.642.534
Salários, encargos sociais e benefícios	626		626	774.792	(1.031)	773.761
Fornecedores	309		309	4.659.158	(914)	4.658.244
Empréstimos e financiamentos	627.283		627.283	3.740.904		3.740.904
Instrumentos financeiros derivativos				309.555		309.555
Tributos correntes a recolher				1.065.772		1.065.772
Outros tributos	239		239	2.248.314	(233)	2.248.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio				576.253		576.253
Autorizações e concessões a pagar				1.058.881		1.058.881
Programa de refinanciamento fiscal				99.732		99.732
Provisões				1.569.356		1.569.356
Provisões para fundos de pensão				103.666		103.666
Demaís obrigações				1.439.468	(1.139)	1.438.329
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.923.090</b>		<b>2.923.090</b>	<b>43.820.856</b>	<b>286.549</b>	<b>44.104.610</b>
Empréstimos e financiamentos	2.907.194		2.907.194	33.139.662		33.139.662
Instrumentos financeiros derivativos				204.742		204.742
Tributos diferidos				233.849		233.849
Outros tributos				2.238.571		2.238.571
Autorizações e concessões a pagar				1.099.116		1.099.116
Programa de refinanciamento fiscal				985.367		985.367
Provisões	15.896		15.896	4.867.169	(992)	4.866.177
Provisões para fundos de pensão				480.472	286.649	767.121
Demaís obrigações				571.908	(1.903)	570.005
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.157.080</b>	<b>(36.721)</b>	<b>1.120.359</b>	<b>1.157.080</b>	<b>(36.721)</b>	<b>1.120.359</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>	<b>1.157.080</b>	<b>(36.721)</b>	<b>1.120.359</b>	<b>1.157.080</b>	<b>(36.721)</b>	<b>1.120.359</b>
Capital social	1.921.141		1.921.141	1.921.141		1.921.141
Reservas de capital	638.569		638.569	638.569		638.569
Reservas de lucro	137.291		137.291	137.291		137.291
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	(289.396)		(289.396)	(289.396)		(289.396)
Outros resultados abrangentes	24.835	(36.721)	(11.886)	24.835	(36.721)	(11.886)
Ajuste de avaliação patrimonial	(366.305)		(366.305)	(366.305)		(366.305)
Ações preferenciais resgatáveis	(909.055)		(909.055)	(909.055)		(909.055)
<b>Participações dos não controladores</b>				<b>16.289.802</b>	<b>(170.556)</b>	<b>16.119.246</b>
<b>Passivo total</b>	<b>4.708.627</b>	<b>(36.721)</b>	<b>4.671.906</b>	<b>78.913.589</b>	<b>79.372</b>	<b>78.986.749</b>

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	Consolidado
<b>Patrimônio líquido originalmente apresentado</b>	<b>1.157.080</b>	<b>1.157.080</b>
Participações dos não controladores originalmente apresentada		16.289.802
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>1.157.080</b>	<b>17.446.882</b>
Ajustes:		
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	(36.721)	(207.277)
	<b>1.120.359</b>	<b>17.239.605</b>

	Controladora	Consolidado
Atribuído a:		
Controlador	1.120.359	1.120.359
Não controladores		16.119.246
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>1.120.359</b>	<b>17.239.605</b>

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	Consolidado	
<b>Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012</b>	<b>1.157.080</b>	<b>1.157.080</b>	
<b>Negócios em conjunto (ii)</b>		<b>16.289.802</b>	
<b>Saldos ajustados em 31/12/2012</b>	<b>1.120.359</b>	<b>17.446.882</b>	
Receita de venda de bens e/ou serviços	28.141.599	(9.927)	28.131.672
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.891.222)	2.954	(15.888.268)
Resultado bruto	12.250.377	(6.973)	12.243.404
Despesas/Receitas operacionais	(9.182.934)	6.020	(9.176.914)
Despesas com vendas	(5.425.600)	7.884	(5.417.716)
Despesas gerais e administrativas	(3.381.624)	6.276	(3.375.348)
Outras receitas operacionais	2.189.734	(15.711)	2.174.023
Outras despesas operacionais	(2.565.444)	7.431	(2.558.013)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	3.067.443	(953)	3.066.490
Resultado financeiro	(2.888.405)	(277)	(2.889.682)
Receitas financeiras	2.365.725	(307)	2.365.418
Despesas financeiras	(5.254.130)	30	(5.254.100)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	179.038	(1.230)	177.808
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(66.649)	1.230	(65.419)
Corrente	(1.053.475)	1.550	(1.051.915)
Diferido	986.826	(330)	986.496
Resultado líquido das operações continuadas	112.389		112.389
Lucro consolidado do exercício			
Atribuído a sócios da empresa controladora	(297.452)		(297.452)
Atribuído a sócios não controladores	409.841		409.841

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC s	Saldos ajustados em 31/12/2012
<b>Fluxos de caixa</b>	<b>4.052.517</b>	<b>(50.600)</b>	<b>4.103.117</b>
Atividades operacionais	(7.213.657)	55.481	(7.269.138)
Atividades de investimentos	(3.489.129)		(3.489.129)

**(i) Benefícios a empregados**

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reclamam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

**(ii) Negócios em conjunto**

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Oi possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

**(c) Principais políticas contábeis**

**Críticos de consolidação das controladas pelo método integral**

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

**Conversão de moeda estrangeira**

**Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia, a Oi e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

**Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

**Empresas do grupo**

A Companhia e sua controlada Oi possuem investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 20.739 (2012 – passivo a descoberto de R\$ 2.563).

**Itens não monetários indexados a moeda estrangeira**

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

**Apresentação de informação por segmentos**

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

**Combinações de negócios**

A Companhia optou por adotar a isenção para o processamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia proueta a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“goodwill”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

**Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**Contas a receber**

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, “simcard” e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

**Estoques**

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

**Ativo financeiro disponível para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

**Provisões**

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 22. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem fornecimentos razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidação dessas transações.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

**Benefícios a empregados**

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Oi.

**(e) Novas normas, alterações e interpretações de normas**

As seguintes novas normas e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – a revisão clarifica o significado de "atualmente tiver um direito exequível de compensar os valores reconhecidos" e trata da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a revisão seja relevante no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 21 - Tributos - a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. A Companhia não espera que a interpretação venha a gerar impacto relevante no reconhecimento de suas obrigações de pagar tributos.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. No que se refere ao passivo financeiro, é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção do montante no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**

**3.1. Visão geral**

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

	Controladora		Consolidado		
	2013				
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>					
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.308	2.308	2.178.171	2.178.171
Aplicações financeiras	Valor justo			591.639	591.639
Contas a receber (i)	Custo amortizado			7.096.679	7.096.679
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			2.073.179	2.073.179
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	17.147		17.147	
Outros valores a receber	Valor justo			1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo			914.216	914.216
<b>Passivo</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.312	1.312	4.733.498	4.733.498
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado			26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	1.744.465	1.638.018	11.119.150	10.941.076
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	1.076.082	989.234	1.076.082	989.234
Usufruto de ações	Custo amortizado	332.039	326.513	332.039	326.513
Notas promissórias	Custo amortizado	106.510	97.762	106.510	97.762
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			566.651	566.651
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado			230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado			1.120.304	1.120.304
Obrigação de compra de participação acionária	Valor justo			418.069	418.069

	Controladora		Consolidado		
	2012				
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>					
Equivalentes de caixa	Valor justo	53.541	53.541	4.144.322	4.144.322
Aplicações financeiras	Valor justo	287.122	287.122	2.776.721	2.776.721
Contas a receber (i)	Custo amortizado			7.017.533	7.017.533
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			989.099	989.099
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	79.448	79.448		
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	Valor justo			905.829	905.829
<b>Passivo</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	309	309	4.658.244	4.658.244
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado			25.169.701	25.169.701
Debêntures	Custo amortizado	1.947.664	1.768.827	10.124.052	10.226.344
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	1.240.437	1.128.621	1.240.437	1.128.621
Usufruto de ações	Custo amortizado	346.376	312.689	346.376	312.689
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			507.769	507.769
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado			576.253	576.253
Autorizações e concessões a pagar (iv)	Custo amortizado			2.157.997	2.157.997
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	Custo amortizado			1.085.099	1.085.099

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Corresponde a 10% de participação acionária na PT – Portugal Telecom.

A Administração considera que (i) a participação da TMAR de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, foi registrado como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a TMAR apurou valorização no valor justo das ações da PT, sendo o impacto no consolidado da Oi de R\$ 8.387, sendo o montante líquido de tributos de R\$ 5.535.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

**3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

**(a) Instrumentos financeiros derivativos**

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2013.

**(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo**

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

**(c) Hierarquia do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de risco de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

- Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;
- Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.
- Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e ao longo do período em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa	Nível 2	2.308	53.541	4.144.322
Aplicações financeiras	Nível 2	287.122	591.639	2.776.721
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	2.073.179	989.099	
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1	914.216	905.829	
<b>Passivos</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		566.651	514.297

**3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado**

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e Financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e Concessões a Pagar e Programa de Refinanciamento Fiscal: todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

**3.4. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de "Hedge", para os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

**3.4.1. Risco de mercado**

**(a) Risco de taxa de câmbio**

**Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits").

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Oi e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 37,7% (2012 – 35,4%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 99,6% (2012 – 97%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Adicionalmente, a controlada TMAR possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

**Passivos financeiros**

A Oi e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Oi e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 37,7% (2012 – 35,4%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 99,6% (2012 – 97%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	Consolidado		Consolidado	
	2013			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	369.292	369.292	449.791	449.791
Aplicações financeiras	30.334	30.334	13.246	13.246
Ativo financeiro disponível para venda (Nota 19)	914.216	914.216	905.829	905.829
Instrumentos financeiros derivativos	1.954.915	1.954.915	780.622	780.622

**Passivos financeiros**

Empréstimos e financiamentos 14.566.437 14.566.437 12.848.763 12.848.763  
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 19) 369.464 369.464 369.166 369.166

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	2013			
	Vencimento	Valor justo	Valor justo	Valor justo
<b>Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$</b>	1,5 - 8,3	865.664	469.935	
<b>Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré</b>		6,8	420.215	74.484

**Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"**

	Consolidado		Consolidado	
	2013			
	Vencimento	Valor justo	Valor justo	Valor justo
<b>Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"</b>	0,8 - 2,1	21.649	(4.254)	
		2,1	(31.969)	(18.571)
	< 1 ano	177.140	(106.416)	
	< 1 ano	132.752	(3.721)	

**Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$**

**Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$**

**Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)**

**Contratos de "Non Delivery Forward" EURO/R\$ (NDF)**

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

**Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")**

US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é a percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é a percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

**Contratos de NDF "Non Deliverable Forward"**

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente aquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente aquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Consolidado		Consolidado	
	2013			
	Operações de termo em moedas	Taxa	Desvalorização	Taxa
Ganho (perda) com "swap" cambial	676.490		458.774	
Operações de termo em moedas	478.152		467.041	
<b>Total</b>	<b>1.154.642</b>		<b>925.815</b>	

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge".

**Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes**

	Consolidado		Consolidado	
--	-------------	--	-------------	--

### 3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplimento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 18, na seção "Covenants".

### 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>45.252.584</b>	<b>44.264.134</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(16.830.437)</b>	<b>(16.132.462)</b>
Tributos	(9.538.623)	(9.920.585)
Outras deduções	(7.291.814)	(6.211.877)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>28.422.147</b>	<b>28.131.672</b>

### 5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de terceiros	(3.523)	(3.039)	(6.025.594)	(5.949.845)
Depreciação e amortização	(5)	(5)	(5.745.742)	(5.306.076)
Interconexão			(3.965.623)	(4.414.481)
Pessoal (i)	(10.446)	(10.750)	(2.463.415)	(2.021.325)
Serviço de manutenção da rede			(2.372.140)	(2.285.898)
Aluguéis e seguros	(245)	(388)	(2.066.929)	(1.808.255)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(849.779)	(596.405)
FISTEL			(689.043)	(714.803)
Publicidade e propaganda			(556.536)	(486.370)
Custos de aparelhos e outros materiais			(515.377)	(541.939)
Outros			(221.354)	(156.600)
Outras despesas operacionais			(93.563)	(137.068)
Outros custos e despesas	(249)	(369)	(249.330)	(262.267)
<b>Total</b>	<b>(14.468)</b>	<b>(14.551)</b>	<b>(25.814.425)</b>	<b>(24.681.332)</b>

Classificados como: Custos dos bens e/ou serviços vendidos (16.584.540) (15.888.268); Despesas com vendas (5.553.891) (5.417.716); Despesas gerais e administrativas (14.468) (14.551) (3.675.994) (3.375.348).

**Total** (14.468) (14.551) (25.814.425) (24.681.332)

(i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 10.214 (2012 - R\$ 22.157) no consolidado.

### 6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Ganho na alienação de investimentos (Nota 1)			1.496.579	
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	104		698.989	732.123
Aluguel de infraestrutura operacional e outros			394.857	447.050
Receita na alienação de bens			214.127	426.271
Multas			181.629	261.992
Serviços técnicos administrativos			51.970	118.662
Dividendos prescritos			35.744	74.732
Outras receitas	264	249	54.149	128.681
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>249</b>	<b>3.128.044</b>	<b>2.189.711</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Tributos			(1.171.083)	(989.231)
Provisões/reversões		(150)	(381.949)	(440.447)
Multas			(123.450)	(20.053)
Participação dos empregados e administradores			115.671	(418.136)
Baixa de imobilizado			(72.992)	(96.781)
Custas processuais			(63.225)	(68.195)
Baixa de valor contábil - ágio Paggo				(783)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos			(10.325)	(382.875)
Amortização de ágio	(50.593)	(50.592)		
Outras despesas	(829)		(210.891)	(141.512)
<b>Total</b>	<b>(51.422)</b>	<b>(50.742)</b>	<b>(1.918.244)</b>	<b>(2.558.013)</b>

### 7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	5.451	5.707	700.186	785.842
Rendimentos de aplicações financeiras	11.418	25.295	293.723	635.547
Dividendos recebidos (i)			78.173	99.181
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior			69.626	616.546
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas				31.757
Outras receitas	2		254.088	196.545
<b>Total</b>	<b>16.871</b>	<b>31.002</b>	<b>1.395.796</b>	<b>2.365.418</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros			(2.013.066)	(1.336.344)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros			(1.591.915)	(1.639.893)
Juros sobre debêntures	(162.718)	(177.235)	(1.023.118)	(838.417)
Operações de instrumentos financeiros derivativos			1.158.520	244.358
Atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	(64.122)	(71.063)	(64.122)	(71.063)
Dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	(57.407)	(58.778)	(57.407)	(58.778)
Parcela equivalente a dividendos fixos				(6.106)
Juros sobre usufruto de ações	(37.339)	(36.271)	(37.339)	(36.271)
Juros sobre notas promissórias				(6.547)
<b>Sub-total:</b>	<b>(328.133)</b>	<b>(349.453)</b>	<b>(3.634.994)</b>	<b>(3.742.514)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos			(615.810)	(535.637)
Atualização monetária de provisões	(731)	(811)	(246.936)	(287.008)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(1.782)	(24)	(194.830)	(274.402)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal				(94.489)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda				(59.354)
Juros sobre dividendos e capital próprio	(6)	(151)	(6)	(151)
Outras despesas	(3.061)	(4.749)	(209.550)	(260.545)
<b>Sub-total:</b>	<b>(5.580)</b>	<b>(5.735)</b>	<b>(1.348.394)</b>	<b>(1.511.586)</b>
<b>Total</b>	<b>(333.713)</b>	<b>(355.188)</b>	<b>(4.983.388)</b>	<b>(5.254.100)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(316.842)</b>	<b>(324.186)</b>	<b>(3.587.592)</b>	<b>(2.888.682)</b>

(i) Em 17 de maio de 2013, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,325 por ação, perfazendo o montante de R\$ 29.137 (R\$ 75.994).

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Consolidado	
	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		
Tributos correntes	(419.676)	(1.051.915)
Do exercício	(494.476)	
De exercícios anteriores (i)	74.800	
Tributos diferidos	382.535	986.496
<b>Total</b>	<b>(37.141)</b>	<b>(65.419)</b>
Tributos correntes e diferidos (do exercício)	(111.941)	
Tributos correntes (de exercícios anteriores)	74.800	

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Lucro (prejuízo) antes das tributações</b>	<b>(270.655)</b>	<b>(297.452)</b>	<b>212.180</b>	<b>177.808</b>
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			38.372	(10.735)
<b>Total do resultado tributado</b>	<b>(270.655)</b>	<b>(297.452)</b>	<b>250.552</b>	<b>167.073</b>
IRPJ e CSLL				
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado	92.023	101.134	(85.188)	(56.805)
Equivalência patrimonial	37.981	31.205		
Eleito tributário dos juros sobre o capital próprio			(6.035)	(4.406)
Apropriação de receita de usufruto de ações (ii)	(11.900)	(11.900)	(11.900)	(11.900)
Despesas de atualização monetária e dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis	(41.320)	(46.234)	(41.320)	(46.234)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (iii)			31.573	180.281
Exclusões (adições) permanentes (iv)	21	(280)	145.733	(28.430)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL			25.783	613
nvo fiscal diferido não constituído (v)	(76.806)	(73.925)	(170.588)	(113.256)
Ativo fiscal diferido constituído (vi)				14.717
<b>Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado</b>			<b>(111.941)</b>	<b>(65.419)</b>

(i) Referem-se a ajustes ao saldo negativo de IRPJ e de CSLL apurados no ano-calendário de 2008.

(ii) Refere-se às receitas de usufruto de ações que estão sendo adicionadas linearmente ao lucro real, de acordo com os prazos dos contratos vigentes;

(iii) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado das controladas TMAR e TNL PCS, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(iv) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indutíveis, patrocínios e doações indutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.

(v) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa;

(vi) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RIT - Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base as disposições contidas na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397/2013").

Embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a sofrer alterações significativas, por força de diversas emendas já propostas, inclusive no que diz respeito aos efeitos advindos da adoção antecipada; e (iii) até o momento não há norma definida prazo e forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e (iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão antecipada.

### 9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	62	38	306.737	347.346
Equivalentes de caixa	2.308	53.541	2.178.171	4.144.322
<b>Total</b>	<b>2.370</b>	<b>53.579</b>	<b>2.484.908</b>	<b>4.491.668</b>

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimentos exclusivos			1.354.627	3.654.226
CDB - Certificado de Depósito Bancário	2.308	53.541	560.509	438.882
Time Deposits			225.944	23.145
Operações compromissadas			30.250	23.722
Outros			6.841	4.347
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.308</b>	<b>53.541</b>	<b>2.178.171</b>	<b>4.144.322</b>

#### b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundos de investimento exclusivos			492.510	2.407.900
Títulos privados	287.122	99.129	368.821	368.821
<b>Total</b>	<b>287.122</b>	<b>99.129</b>	<b>861.331</b>	<b>2.776.721</b>
Circulante	287.122		492.510	2.713.029
Não circulante			99.129	63.692

### c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Consolidado	
	2013	2012
Operações compromissadas	772.862	3.104.259
CDB - Certificado de Depósito Bancário	445.981	124.798
"Time Deposits"	117.224	343.279
Títulos públicos		49.579
Outros	18.560	31.921
<b>Títulos classificados em equivalentes de caixa</b>	<b>1.354.627</b>	<b>3.654.226</b>
Títulos públicos	462.177	2.394.654
Outros	30.333	13.246
<b>Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo</b>	<b>492.510</b>	<b>2.407.900</b>
<b>Total aplicado em fundos exclusivos</b>	<b>1.847.137</b>	<b>6.062.126</b>

A Oi e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark", o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

### 10. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2013	2012
Serviços faturados	5.589.716	5.301.974
Serviços a faturar	1.467.865	1.888.295
Aparelhos e acessórios vendidos	693.140	578.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(654.042)	(751.287)
<b>Total</b>	<b>7.096.679</b>	<b>7.017.533</b>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
A faturar	1.467.865	1.888.295
A vencer	2.998.638	3.377.007
A receber de outros provedores	1.403.182	737.060
Vencidas até 60 dias	1.142.804	1.162.487
Vencidas de 61 a 90 dias	162.219	154.918
Vencidas de 91 a 120 dias	145.272	127.301
Vencidas de 121 a 150 dias	113.911	100.194
Vencidas de 151 a 180 dias	316.810	221.558
<b>Total</b>	<b>7.750.721</b>	<b>7.768.820</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Consolidado	
	2013	2012
<b>Saldo em 01/01/2012</b>	<b>(583.830)</b>	<b>(583.830)</b>
Aumento por Reorganização Societária	(363.253)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(502.509)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	698.305	
<b>Saldo em 2012</b>	<b>(751.287)</b>	<b>(751.287)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(849.779)	
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	947.024	
<b>Saldo em 2013</b>	<b>(654.042)</b>	<b>(654.04</b>

## 16. INTANGÍVEL

Consolidado									
Contrato de concessão	Ágio ("Goodwill")	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Carteiras de Clientes	Total	
Costo do Intangível Saldo em 01/01/2012	1.921.703	81.948	3.927.264	17.932.456	123.952	612.904	381.515	24.961.282	(10.136)
Ajustes CPC 19			(69.263)			(10.855)			(80.118)
Constituição do intangível em formação		266.773				(26.773)			
Adições		312.461	322.442	306.407	166	316.467	1.347.963		
Baixas		(80.172)	(32.469)			(2.190)			(114.861)
Transferências		(207.001)	233.841	(3.781)	(2.278)	(20.781)			
Saldo em 2012	1.921.703	81.948	4.381.765	18.325.082	121.480	628.772	381.515	26.134.346	
Adições		177.392	292.658	78.189		263.945		812.094	
Baixas		(4.163)				(2.217)		(6.300)	
Transferências		(294.996)	235.596			49.400			
Saldo em 2013	1.921.703	81.948	4.995.856	18.403.271	121.480	938.900	381.515	26.940.660	
Amortização acumulada Saldo em 01/01/2012	(1.213.407)	(8.047)	(2.706.912)	(4.023.354)	(5.631)	(152.894)	(381.515)	(8.491.780)	
Ajustes CPC 19			32.309			6.229		38.538	
Despesas de amortização	(50.593)		(443.996)	(1.097.392)	(6)	(128.056)		(1.720.045)	
Baixas			13.965			83		14.078	
Transferências				(136)	136				
Saldo em 2012	(1.264.000)	(8.047)	(3.104.604)	(5.120.882)	(5.703)	(274.348)	(381.515)	(10.159.189)	
Despesas de amortização	(50.593)		(493.715)	(1.095.733)		(349.365)		(1.989.428)	
Baixas			3.370			2.074		5.444	
Transferências			3			2		5	
Saldo em 2013	(1.314.593)	(8.047)	(3.594.946)	(6.216.617)	(5.700)	(621.747)	(381.515)	(12.143.188)	
Intangível líquido Saldo em 2012	657.703	73.901	292.081	1.277.161	13.204.200	115.777	354.334	15.975.157	
Saldo em 2013	607.110	73.901	184.387	1.310.910	12.166.554	115.777	318.153	14.796.882	
Taxa anual de amortização (média)				20%	9%	20%			

### Intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") alocados nas unidades geradoras de caixa ("UGC") de TV e Meios de pagamento e valores de marcas e patentes alocados na UGC de Provedor de internet RII.

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "impairment", baseadas em projeções de fluxo de caixa descontadas de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para provedor de internet RII e 7,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio ("goodwill") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RII	34.630	15.777	150.407	5.502.574
<b>Total</b>	<b>146.513</b>	<b>189.678</b>	<b>336.191</b>	<b>6.883.212</b>

### Licenças regulatórias

Consolidado		
Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
18/12/2002	17/12/2017	191.502
03/05/2004	22/12/2017	28.624
29/04/2008	30/04/2023	488.235
26/05/2011	30/04/2023	1.073
13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
11/07/2003	13/03/2016	66.096
22/01/2004	13/03/2016	45.218
29/04/2008	30/04/2023	131.106
29/04/2008	30/04/2023	867.018
08/09/2008	07/12/2022	126.820
07/12/2007	07/12/2022	8.868
03/04/2008	13/03/2016	230.030
30/06/2012	30/06/2027	368.848
30/06/2013	30/04/2023	78.189
		307.377
		<b>4.041.011</b>

### 17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
1.329.136	1.027.030	1.329.136	1.027.030	
885.592	783.292	885.592	783.292	
870.859	573.443	870.859	573.443	
608.006	900.077	608.006	900.077	
335.763	455.363	335.763	455.363	
233.934	242.170	233.934	242.170	
141.854	295.362	141.854	295.362	
66.332	132.991	66.332	132.991	
43.629	25.609	43.629	25.609	
4.212	86.456	4.212	86.456	
1.312	309	213.981	136.451	
<b>1.312</b>	<b>309</b>	<b>4.733.498</b>	<b>4.658.244</b>	

### 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
6.991.863	7.607.178	6.991.863	7.607.178	
5.915.781	6.366.740	5.915.781	6.366.740	
1.076.082	1.240.438	1.076.082	1.240.438	
334.034	348.889	334.034	348.889	
1.749.345	1.954.889	1.163.585	1.017.195	
106.547	106.547	106.547	106.547	
21.053.207	19.364.724	21.053.207	19.364.724	
6.104.897	6.087.859	6.104.897	6.087.859	
3.192.051	3.185.647	3.192.051	3.185.647	
1.136.599	1.136.948	1.136.599	1.136.948	
1.428.511	1.360.766	1.428.511	1.360.766	
347.736	404.498	347.736	404.498	
14.948.310	13.276.865	14.948.310	13.276.865	
4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977	
10.593.584	9.152.540	10.593.584	9.152.540	
87	348	87	348	
<b>3.266.008</b>	<b>3.544.216</b>	<b>39.649.236</b>	<b>36.880.566</b>	
(6.912)	(9.739)	(6.912)	(9.739)	
<b>3.259.096</b>	<b>3.534.477</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>	

### Emprestimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento	TIR %
	2013	2012	2013	2012		
6.991.863	7.607.178	6.991.863	7.607.178	Dez/2013 à jul/2021	10,93	
5.915.781	6.366.740	5.915.781	6.366.740	Dez/2013 à Dez/2018	10,87	
1.076.082	1.240.438	1.076.082	1.240.438	Dez/2013 à Mai/2026	13,65	
334.034	348.889	334.034	348.889	Dez/2013 à Out/2021	11,47	
1.749.345	1.954.889	1.163.585	1.017.195	Julho/2013 à Abril/2014	9,46	
106.547	106.547	106.547	106.547			
21.053.207	19.364.724	21.053.207	19.364.724			
6.104.897	6.087.859	6.104.897	6.087.859			
3.192.051	3.185.647	3.192.051	3.185.647	Dez/2013 à Jan/2028	11,80	
1.136.599	1.136.948	1.136.599	1.136.948	Dez/2013 à Set/2016	11,89	
1.428.511	1.360.766	1.428.511	1.360.766	Dez/2013 à Ago/2022	6,85	
347.736	404.498	347.736	404.498	Dez/2013 à Dez/2033	10,81	
14.948.310	13.276.865	14.948.310	13.276.865			
4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977	Dez/2013 à Mai/2022	8,36	
10.593.584	9.152.540	10.593.584	9.152.540	Dez/2013 à Fev/2021	11,40	
87	348	87	348	Dez/2013 à Fev/2014	7,88	
<b>3.266.008</b>	<b>3.544.216</b>	<b>39.649.236</b>	<b>37.496.986</b>			
(6.912)	(9.739)	(6.912)	(6.164.200)			
<b>3.259.096</b>	<b>3.534.477</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>			

### Emprestimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento	TIR %
	2013	2012	2013	2012		
6.991.863	7.607.178	6.991.863	7.607.178	Dez/2013 à jul/2021	10,93	
5.915.781	6.366.740	5.915.781	6.366.740	Dez/2013 à Dez/2018	10,87	
1.076.082	1.240.438	1.076.082	1.240.438	Dez/2013 à Mai/2026	13,65	
334.034	348.889	334.034	348.889	Dez/2013 à Out/2021	11,47	
1.749.345	1.954.889	1.163.585	1.017.195	Julho/2013 à Abril/2014	9,46	
106.547	106.547	106.547	106.547			
21.053.207	19.364.724	21.053.207	19.364.724			
6.104.897	6.087.859	6.104.897	6.087.859			
3.192.051	3.185.647	3.192.051	3.185.647	Dez/2013 à Jan/2028	11,80	
1.136.599	1.136.948	1.136.599	1.136.948	Dez/2013 à Set/2016	11,89	
1.428.511	1.360.766	1.428.511	1.360.766	Dez/2013 à Ago/2022	6,85	
347.736	404.498	347.736	404.498	Dez/2013 à Dez/2033	10,81	
14.948.310	13.276.865	14.948.310	13.276.865			
4.354.639	4.123.977	4.354.639	4.123.977	Dez/2013 à Mai/2022	8,36	
10.593.584	9.152.540	10.593.584	9.152.540	Dez/2013 à Fev/2021	11,40	
87	348	87	348	Dez/2013 à Fev/2014	7,88	
<b>3.266.008</b>	<b>3.544.216</b>	<b>39.649.236</b>	<b>37.496.986</b>			
(6.912)	(9.739)	(6.912)	(6.164.200)			
<b>3.259.096</b>	<b>3.534.477</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>			

### Emprestimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento	TIR %
	2013	2012	2013	2012		
484.494	127.099	484.494	127.099			
381.873	428.100	381.873	428.100			
5.552	6.564	5.552	6.564			
4.880	7.227	4.880	7.227			
1.995	2.512	1.995	2.512			
38	38	38	38			
<b>6.912</b>	<b>9.739</b>	<b>536.514</b>	<b>616.420</b>			
3.022	2.880	10.077	99.854			
3.890	6.859	436.437	516.566			

### Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
3.259.096	3.534.477	24.546.285	24.031.803	
		12.158.610	10.843.700	
		2.407.827	2.005.063	
<b>3.259.096</b>	<b>3.534.477</b>	<b>39.112.722</b>	<b>36.880.566</b>	

### Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
235.695	215.039	13.314.169	11.646.287	
1.947.319	2.079.001	12.180.537	11.218.159	
5.138.940	5.537.503	3.743.010	3.794.036	
1.076.082	1.240.437			

No exercício de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão no montante de R\$ 315.649 no consolidado (líquido de impostos, no montante de R\$ 208.328).

- Tributária**
- (i) **ICMS** – Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
  - (ii) **FUNTTTEL** - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela soma 7 da ANATEL. (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e o potencial impacto na base de cálculo do FUNTTTEL.
  - (iii) **ISS** - A Oi e a TMAR mantiveram provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como alugueis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
  - (iv) **ILL** - A TMAR compenrou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
  - (v) **INSS** - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
  - (vi) **Demaís ações** - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

- Cível**
- (i) **Societário** – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante portaria financeira pela empresa concessionária, integrando determinada quantidade que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Girogandense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Oi, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Oi provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Oi a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Oi, ressaltando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Oi, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Oi atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição vintenária e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Oi, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora. Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2013, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Oi.

- (ii) **Estimativas ANATEL** – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) **Multas ANATEL** – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (iv) **Juizados Especiais Cíveis** - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (v) **Demaís ações** – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Oi, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

**Passivo contingente**  
 A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

**Trabalhista**  
 Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 877.287 (2012 - R\$ 1.051.868).

**Tributária**  
 As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) **ICMS** – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 5.865.591 (2012 - R\$ 5.755.124);
- (ii) **ISS** – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 2.078.234 (2012 - R\$ 1.787.183);
- (iii) **INSS** – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Oi, no montante aproximado de R\$ 1.002.090 (2012 - R\$ 956.585); e
- (iv) **Tributos federais** – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 9.049.991 (2012 - R\$ 8.761.255).

**Cível**  
 As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.037.903 (2012 - R\$ 991.269).

**Garantias**  
 A Oi possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 15.498.243 (2012 - R\$ 14.766.928) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

**Ativo contingente**  
 A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Oi, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

**PIS/COFINS**: questionamento judicial com o objetivo de autorizar a compensação, nos termos da Lei n.º 9.430/96, dos valores recolhidos a título de PIS/COFINS com base nos artigos 2º e 3º da Lei n.º 9.719/99 em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, atualizados pela taxa SELIC. Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou a majoração da base de cálculo. A Oi aguarda o julgamento dos processos, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Oi, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 22.007 (2012 - R\$ 22.000) para o consolidado.

	Consolidado	
	2013	2012
Receitas a apropriar (Nota 29)	2.387.336	691.789
Adiamento de clientes	485.619	780.264
Compra de participação acionária	418.069	
Valores a pagar de aval reacionário de empresas ligadas	59.291	41.415
Consignação a favor de terceiros	14.256	218.516
Provisão para desmobilização de ativos		99.967
Ações bonificadas a resgatar		99.967
Valores a pagar - grupamento de ações	8.881	21.845
Outros	7.810	154.538
<b>Total</b>	<b>3.381.262</b>	<b>2.008.334</b>
Circulante	847.810	1.438.329
Não circulante	2.533.452	570.005

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**(a) Capital social**  
 O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.921.142 (R\$ 1.921.141 em 2012), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2013	2012
Capital total em ações		
Ações ordinárias	3.176.274	2.923.545
Ações preferenciais	600	733
<b>Total</b>	<b>3.176.874</b>	<b>2.924.278</b>

**Ações em tesouraria**  
 Ações preferenciais  
**Total**  
**Ações em circulação**  
 Ações ordinárias  
 Ações preferenciais  
**Total**

Em AGE realizada em 21 de agosto de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R\$100.000, mediante a emissão de 252.729.128 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,395680548543657 por ação, equivalente ao valor patrimonial por ação da Companhia, fixado de acordo com as disposições do art. 170, §1º, da Lei nº 6.404/76. Do preço de emissão total, o valor de R\$1 foi destinado à conta de capital social, e o saldo, no valor de R\$ 99.999, foi destinado à conta de reserva de capital. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, pela totalidade dos acionistas de acordo com a proporção de ações ordinárias por cada um detida, sendo 66.908.889 integralizadas em dinheiro e 185.820.239 integralizadas mediante a conferência de 18.289.917 ações preferenciais de emissão da Oi, com base no Laudo de Avaliação, as quais foram transferidas para a titularidade da Companhia, tudo nos termos e condições descritos nos Boletins de Subscrição, ora assinados, e que estão arquivados na sede da Companhia.

**(b) Ações Preferenciais Resgatáveis**  
 As ações preferenciais resgatáveis na data de 30 de setembro de 2013 são originadas da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008, quando a Companhia aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616, ora emitidas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. As ações preferenciais gozam de preferências, direitos e vantagens.

Ao adotar as regras do BR GAAP atual (CPC 39) e IAS 32, as ações preferenciais foram reclassificadas de instrumento patrimonial para instrumento financeiro no passivo, contra uma conta retificadora de patrimônio líquido, uma vez que as mesmas estão composto o capital social da Companhia

Considerando a estrutura do presente formulário de Informações Trimestrais - ITR, a Companhia registrou a reclassificação do valor das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo no presente formulário de ITR no balanço patrimonial como uma conta redutora do Patrimônio Líquido e, na demonstração das mutações do patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes".

Em abril e outubro de 2013, o BNDESPAR resgatou 133.332 ações preferenciais no montante de R\$165.281. As ações resgatadas foram canceladas pela Companhia.

**(c) Reserva de capital**  
**Reserva de ação na subscrição de ações**

Refere-se ao saldo excedente dos aumentos de capital realizados em 18 de março de 2011 e 21 de agosto de 2013, no valor de R\$738.568, destinado à conta de reserva de capital em ação na subscrição de ações e ao aumento de capital descrito na Nota 17 (a).

No mês de outubro de 2013, a Companhia utilizou o montante de R\$30.815 para absolver parte do valor do cancelamento das ações em tesouraria, que foram resgatadas pelo BNDESPAR, em virtude da insuficiência de saldo na conta de Reserva de Fundo de Resgate.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de Reserva de Capital era de R\$708.383 (R\$638.569 em 31 de dezembro de 2012).

**(d) Reservas de lucros**  
 As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:  
**Reserva legal**: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quanto a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. Em virtude do prejuízo apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta no valor de R\$2.195 foi utilizado para a absorção parcial do prejuízo apurado.  
**Reserva para investimentos**: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Esta reserva será utilizada para a realização de investimentos de seu interesse, tais como o exercício do direito de preferência na subscrição de aumento de capital das subsidiárias da Companhia, a aquisição e/ou o aumento de participação em outras sociedades.

**Reserva de fundo de resgate**: formada pelo percentual do lucro líquido apurado pela Companhia em cada exercício social, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de modo a permitir que o Fundo de Resgate alcance o valor suficiente para a realização do resgate das Ações Preferenciais programado para os 12 (doze) meses subsequentes, acrescido do montante necessário para o pagamento dos dividendos fixos das Ações Preferenciais do exercício subsequente, para a qual serão destinados todos e quaisquer recursos financeiros recebidos pela Companhia em razão da sua participação como sócia quotista ou acionista, especialmente os dividendos recebidos e juros sobre capital próprio de suas controladas ou coligadas, enquanto não tiverem sido resgatadas a totalidade das Ações Preferenciais de emissão da Companhia e para o fim de assegurar o pagamento do resgate e dos dividendos fixos das Ações Preferenciais.

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**  
 Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou prejuízo no exercício, não havendo distribuição de dividendos no exercício.

**(f) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido**  
**(1.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações**  
 Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento IPCC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

**(1.2) Ajuste de avaliação patrimonial**  
 Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações reflexo e as ações em tesouraria reflexas, relacionados a Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e os ganhos e perdas atuariais reflexos da Oi.  
**(g) Outros resultados abrangentes**  
 Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou perdas reflexas de R\$25.211 referente aos efeitos da adoção da contabilização de "hedge" (Nota 3), líquidos de imposto de renda, na sua Oi e suas controladas. O formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" e "Outros resultados abrangentes" - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica "Custo de emissão de ações" e "Variação de percentagem de participação") e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica "Outros resultados abrangentes" (não apresentando a rubrica "Custo de emissão de ações", tampouco a rubrica de "Variação de percentagem de participação" e "Ações Preferenciais Resgatáveis").  
 Conseqüentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações				Total
	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações preferenciais	Total	
<b>Saldo em 2012</b>	(289.396)	(11.886)	(366.305)	(909.055)	(1.576.642)
Custo reflexo de emissão de ações			10	10	
Perda reflexa de contabilização de "hedge"		(25.511)			(25.511)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis			165.281		165.281
Ganho em transação de capital com controladores	133.206				133.206
Ganhos atuariais		21.236			21.236
Outros efeitos de controladores direto ao patrimônio líquido		463			463
<b>Saldo em 2013</b>	<b>(155.727)</b>	<b>(16.161)</b>	<b>(366.295)</b>	<b>(743.774)</b>	<b>(1.281.957)</b>

**(h) Prejuízo por ação básico e diluído**  
**Básico**  
 O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

**Diluído**  
 O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2013	2012
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(270.655)</b>	<b>(297.452)</b>
<b>Média ponderada das ações em circulação</b>	<b>3.015.630</b>	<b>2.924.398</b>
<b>(Em milhares de ações)</b>		
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>		
Básicas e diluídas	(0,08975)	(0,10171)

**25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**  
**(a) Fundos de pensão**

A Oi e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2013.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras		Gestor
	BrTPREV	PLANO PAMEC	
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, IG e BrTI	FATL	
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, IG e BrTI	FATL	
TelemarPrev	Oi, TMAR, TNL PCS e Oi Internet	FATL	
PAMEC	Oi	PAMEC	
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel	
PBS-Telemar	TMAR	FATL	
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel	
CELPREV	TNL PCS	Sistel	

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social  
 FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social  
 A Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.  
 A Oi, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".  
 Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Os planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

**Provisões para fundos de pensão**  
 Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Plano BrTPREV	640.145	865.910
Plano PAMEC	3.417	4.787
<b>Total</b>	<b>643.562</b>	<b>870.787</b>
Circulante	184.295	103.666
Não circulante	459.267	767.121

**Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras**  
 A Oi reconhece um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2013	2012
Plano TCSPREV	69.793	83.019
<b>Total</b>	<b>69.793</b>	<b>83.019</b>
Circulante	9.596	9.311
Não circulante	60.197	73.708

**Características dos planos de previdência complementar patrocinados**  
**1) FATL**  
 A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinadora e multipilano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

**Planos**  
**(i) BrTPREV**  
 É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2002.0017-74. Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNBP sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior aquela data.  
 A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.  
 A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPB.T Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.  
 O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**(ii) PBS-Telemar**  
 É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, dos quais 8% são destinados ao Plano de Benefícios PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA (Plano de Assistência Médica ao Aposentado). O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**(iii) TelemarPrev**  
 É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0065-74. A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.  
 O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

**(iv) TCSPREV**  
 É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNBP) sob o nº 2000.0028-38. A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 2

## Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.727.809	3.417	22.229	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			1.968	117
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>3.727.809</b>	<b>3.417</b>	<b>24.197</b>	<b>117</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(6.968.153)</b>	<b>(45.312)</b>	<b>(1.933)</b>	<b>(1.668)</b>
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(3.240.344)</b>	<b>3.417</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(1.551)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.868.573		21.115	1.551
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(371.771)</b>	<b>3.417</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>3.417</b>		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.269.767	4.877	26.158	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.412	128
<b>(=) Total do valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>4.269.767</b>	<b>4.877</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(6.717.801)</b>	<b>(53.299)</b>	<b>(1.933)</b>	<b>(1.933)</b>
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.448.034)</b>	<b>4.877</b>	<b>(24.729)</b>	<b>(1.805)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.066.153		24.729	1.805
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(381.881)</b>	<b>4.877</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>4.877</b>		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>4.269.767</b>	<b>4.877</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
Juros sobre obrigações atuariais	365.303	426	2.464	11
Custo do serviço corrente			82	5
Benefícios pagos líquidos	(380.863)	(253)	(1.929)	
Contribuições de participantes verdadeiras no ano			23	5
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(526.398)	(1.633)	(5.013)	(32)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>3.727.809</b>	<b>3.417</b>	<b>24.197</b>	<b>117</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>6.717.801</b>	<b>(53.299)</b>	<b>(1.933)</b>	<b>(1.933)</b>
Rendimento esperado no ano	582.933		4.664	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		253	62	9
Patrocinadora		253	39	4
Participantes			23	5
Pagamento de benefícios	(380.863)	(253)	(1.929)	
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	48.282	(10.784)	(446)	
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>6.968.153</b>	<b>45.312</b>	<b>1.668</b>	<b>1.668</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(3.240.344)</b>	<b>3.417</b>	<b>(21.115)</b>	<b>(1.551)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.868.573		21.115	1.551
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(371.771)</b>	<b>3.417</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	371.771			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>3.417</b>		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO</b>				
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>3.650.439</b>	<b>3.720</b>	<b>23.020</b>	<b>157</b>
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Custo do serviço corrente			44	7
Benefícios pagos líquidos	(321.254)	(135)	(1.610)	
Contribuições de participantes verdadeiras no ano			37	4
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	567.834	914	4.778	(56)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas	9.735			
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>4.269.767</b>	<b>4.877</b>	<b>28.570</b>	<b>128</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>5.694.180</b>	<b>40.069</b>	<b>1.657</b>	<b>1.657</b>
Rendimento esperado no ano	573.574		4.068	171
Contribuições normais recebidas pelo plano		135	59	9
Patrocinadora		135	22	5
Participantes			37	4
Pagamento de benefícios	(321.254)	(135)	(1.610)	
Impacto decorrente de aquisições / alienações	15.091			
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	756.210		10.713	96
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>6.717.801</b>	<b>53.299</b>	<b>1.933</b>	<b>(1.933)</b>
<b>(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido</b>	<b>(2.448.034)</b>	<b>4.877</b>	<b>(24.729)</b>	<b>(1.805)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.066.153		24.729	1.805
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido</b>	<b>(381.881)</b>	<b>4.877</b>		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	381.881			
<b>(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido</b>		<b>4.877</b>		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente			44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento dos ativos do plano	(573.573)	(4.069)	(171)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	36.384	1.765	155	155
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	174.176		(41)	(7)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>		<b>378</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	177.409	914	(19)	(2)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(177.409)		19	2
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>		<b>1.292</b>		

	Consolidado			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO</b>				
Custo do serviço corrente			44	7
Juros sobre obrigações atuariais	363.013	378	2.301	16
Rendimento dos ativos do plano	(573.573)	(4.069)	(171)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	36.384	1.765	155	155
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	174.176		(41)	(7)
<b>Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados</b>		<b>378</b>		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	177.409	914	(19)	(2)
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(177.409)		19	2
<b>Total da despesa (receita) reconhecida</b>		<b>1.292</b>		

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela Sistel, previstas para o exercício de 2014, são no montante de R\$ 25.

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2013			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	N/A	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Idade de início dos benefícios	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	55 anos
	N/A	Nula	Nula	Nula

	2012			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
<b>PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS</b>				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	8,89%	8,89%	8,89%	8,89%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	8,64%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,00%	N/A	10,87%	11,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Idade de início dos benefícios	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	55 anos
	N/A	Nula	Nula	Nula

N/A = Não aplicável.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013**

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela SISTEL são de 31 de julho de 2013 e para o PAMEC são de 31 de outubro de 2013, ambos projetados para 31 de dezembro de 2013.

c) Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

**Política de investimentos dos planos**

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	B/TPREV	TCS PREV	PBS-A
	Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	B/TPREV	TCS PREV	PBS-A
	Renda fixa	80,00%	80,00%	78,90%	85,27%	80,00%	80,00%
Renda variável	8,00%	8,00%	17,24%	13,41%	8,00%	8,00%	19,35%
Investimentos estruturados	10,00%	10,00%		0,02%	10,00%	10,00%	0,08%
Investimentos no exterior							
Imóveis	1,00%	1,00%			1,00%	1,00%	7,88%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,86%	1,30%	1,00%	1,00%	1,15%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**(b) Participações dos empregados nos lucros**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Oi e as suas controladas registraram reversões das provisões para participações dos empregados nos lucros, líquida das constituições relativas ao exercício em curso, no montante total de R\$ 112.448 no consolidado (vide Nota 6).

A referida reversão foi registrada contabilmente, em conformidade com a determinação do Conselho de Administração e mediante a análise do cumprimento das metas estabelecidas.

**(c) Remuneração baseada em ações**

A Companhia requereu a aprovação da CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/1980. Em 3 de dezembro de 2013, o Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP – Incentivo de Longo Prazo, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, tendo em vista a nova configuração societária que poderá resultar da implementação da operação de união de atividades da Oi e da Portugal Telecom, a Oi está avaliando reformular seu plano de Remuneração Baseada em Ações.

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações:

- **Telefonia fixa/dados:** Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- **Telefonia móvel:** Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G/4G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- **Outros:** Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) "Call Center", que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de "telemarketing" e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH ("Direct to home"), e (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	Fixa / Dados									
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Receitas</b>	<b>20.400.876</b>	<b>20.091.559</b>	<b>12.186.970</b>	<b>12.544.178</b>	<b>1.702.143</b>	<b>1.149.453</b>	<b>(5.867.842)</b>	<b>(6.653.468)</b>	<b>28.422.147</b>	<b>28.131.672</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>(13.403.495)</b>	<b>(14.431.153)</b>	<b>(7.461.559)</b>	<b>(6.263.740)</b>	<b>(966.351)</b>	<b>(559.519)</b>	<b>5.287.255</b>	<b>5.366.144</b>	<b>(16.584.540)</b>	<b>(15.886.268)</b>
<b>Interconexão</b>	<b>(5.355.336)</b>	<b>(6.530.231)</b>	<b>(2.515.456)</b>	<b>(2.401.482)</b>	<b>(4.051)</b>	<b>(7.133)</b>	<b>3.949.230</b>	<b>4.322.375</b>	<b>(3.955.323)</b>	<b>(4.414.461)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(2.880.079)</b>	<b>(3.019.369)</b>	<b>(2.045.431)</b>	<b>(1.539.589)</b>	<b>(70.072)</b>	<b>(69.306)</b>			<b>(4.984.582)</b>	<b>(4.628.072)</b>
<b>Serviço de manutenção de rede</b>	<b>(2.146.925)</b>	<b>(2.076.809)</b>	<b>(389.967)</b>	<b>(350.164)</b>	<b>(4.022)</b>	<b>(3.608)</b>	<b>168.774</b>	<b>144.683</b>	<b>(2.372.140)</b>	<b>(2.295.898)</b>
<b>Aluguel e seguros</b>	<b>(1.599.168)</b>	<b>(1.475.180)</b>	<b>(1.142.147)</b>	<b>(650.255)</b>	<b>(86.842)</b>	<b>(42.930)</b>	<b>1.167.748</b>	<b>716.014</b>	<b>(1.632.209)</b>	<b>(1.452.325</b>



# TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA  
CNPJ: 02.107.946/0001-87

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Telemar Participações S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração, e auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Compete ao Conselho Fiscal opinar sobre essas Demonstrações Financeiras.

A Companhia, juntamente com sua subsidiária integral Valverde Participações S.A., detinha, em 31 de dezembro de 2013, 18,83% de participação na controlada Oi S.A. ("Oi"), excluindo-se as ações em Tesouraria. As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da controlada Oi foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sendo os sócios responsáveis técnicos os Srs. Manuel Fernandes Rodrigues de Souza (CRC RJ-052428/O-2) e José Luiz de Souza Gurgel (CRC RJ-087339/O-4). O nosso Parecer, no que se refere aos valores transferidos das controladas por equivalência patrimonial, está baseado exclusivamente no relatório das Demonstrações Financeiras auditadas pelos auditores independentes e aprovadas pelos respectivos Conselhos Fiscais.

Em nossa opinião, baseados em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia, Sr. Ronaldo Francisco dos Santos (CRC-RJ 080719-O-1) e no Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, assinado pelo Sr. José Luiz de Souza Gurgel (CRC RJ-087339/O-4), bem como no Parecer do Conselho Fiscal da Oi S.A., as Demonstrações Financeiras referidas no parágrafo 1º acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telemar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, opinamos pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Telemar Participações S.A., prevista para se realizar até 30 de abril de 2014.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014.

### Conselheiros:

**Aparecido Carlos Correia Galdino**  
Presidente do Conselho

**Lucineide Siqueira do Nascimento**  
Conselheira

**Eder Carvalho Magalhães**  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Telemar Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telemar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfases

#### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (b), em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telemar Participações S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ-087339/O-4